A COBERTURA DO *JORNAL PEQUENO*, *O IMPARCIAL* E *O ESTADO DO MARANHÃO* SOBRE O PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RURAL NA REGIÃO DO VALE DO PINDARÉ-MA (1979-1985)[1]

Carlos Ernesto Aragão Barros[2]

Letícia Cristina Sousa da Mata[3]

Luziane Araujo Costa[4]

Sarah Stephanie Linhares Soeiro[5]

INTRODUÇÃO

Em suas considerações sobre o período em que os militares tomaram o poder, Forattini (2020) aponta que, segundo a Constituição Federal de 1946, existiam três formas de afastar um Presidente da República (arts. 79, 81 e 85), quais sejam, o *impeachment*, a renúncia do próprio presidente e a declaração de vacância do cargo caso o presidente deixasse o país sem autorização do Congresso Nacional. No entanto, a oposição sabia que não possuía votos suficientes para aprovar o *impeachment* e que Goulart não considerava a hipótese da renúncia.

Nesse sentido, o movimento golpista, iniciado em 31 de março de 1964, com a chamada "Operação *Popeye*", que visava ocupar o estado da Guanabara e Brasília, e a sua efetivação em 8 dias (9 de abril de 1964) com a outorga do Ato Institucional N.1, cujos objetivos eram dar certa legitimidade à deposição de João Goulart, a institucionalização do golpe e a criação de uma pressão sobre a classe política, condicionaram os acontecimentos no Brasil por longos 21 anos.

A propósito, o debate conceitual sobre os acontecimentos decorrentes da destituição do presidente democraticamente eleito, João Goulart, merece destaque. Conforme aponta o historiador Demian Melo (2012):

> O termo "civil-militar" foi apresentado pela historiografia como forma mais precisa para adjetivar o golpe de 1964 e do regime que lhe seguiu. Ao contrário de uma mera ação das Forças Armadas, tal adjetivo visa lembrar que também parte dos civis apoiou o golpe e participou da condução do processo político entre abril de 1964 até 1985, quando a maior parte da historiografia localiza o fim daquela ditadura (Melo, 2012, p. 39).

Convém lembrar, ainda de acordo com o pesquisador supracitado, em vez de relacionar o termo "civil" à participação de interesses classistas tanto na articulação do golpe quanto na natureza do regime ditatorial, determinados grupos têm feito um uso interpretativo distorcido do conceito "civil-militar", cuja base é a ideia de que houve uma suposta cumplicidade da "sociedade brasileira" com a ditadura (Melo, 2014). Essa visão pressupõe a existência de uma

1 Pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto de pesquisa intitulado "A militarização da questão agrária: As relações entre empresários e repressão no processo de expropriação rural na região do Vale do Pindaré, Maranhão (1964-1979), coordenado pela prof. Monica Piccolo e financiado pela Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa A - Grupos Emergentes (Universal 2021).

2 Discente em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC); bolsista PIBIC/CNPq.

3 Discente em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC); bolsista PIBIC/FAPEMA.

4 Discente em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC); Bolsista PIBIC/CNPq.

5 Discente em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC); bolsista PIBIC/FAPEMA.

sociedade homogênea, como se ela pudesse agir de maneira coesa. No entanto, apenas reforçou a narrativa construída pelos responsáveis pela tomada do poder em 1964.

Com a tomada de poder pelos militares e a consequente destituição de Goulart, a Ditadura Civil-Militar marcou negativamente a história do país, tendo em vista que tanto as grandes cidades quanto o campo sentiram a violência do autoritarismo. Desse modo, o presente trabalho visa analisar as ações dos militares no meio rural, sobretudo a partir das relações entre empresários, políticos, aparelhos de repressão estatal e a consequente expropriação dos camponeses na região do Vale do Pindaré, no estado do Maranhão.

Não causa espanto, portanto, que uma das primeiras medidas tomadas pelo presidente Castelo Branco incidiu sobre o meio rural, com a implementação do Estatuto da Terra, em 30 de novembro de 1964, a partir da Lei nº 4.504/64. Castelo Branco, desse modo, apropriou-se da bandeira da Reforma Agrária[6]. O "governo Castelo Branco, ao mesmo tempo em que reprimia e intervinha, passou a controlar o que os trabalhadores deveriam discutir e reivindicar" (Bruno, 1995, p. 12). Dito em outras palavras, o debate que se formou em torno da questão agrária, foi conduzido a partir dos interesses do governo e do empresariado rural, evidenciado pelo plano de implementação da modernização conservadora no campo[7].

Seguindo a perspectiva do sociólogo José de Souza Martins (1985), é possível notar que o Estatuto da Terra foi elaborado para estimular o desenvolvimento e a proliferação do empresariado rural. Ou seja, o projeto não foi concebido a partir de uma preocupação com o camponês ou como apoio à agricultura familiar, mas sim para beneficiar o empresariado, visto como o grupo que, dotado do espírito capitalista, organizaria sua atividade no meio rural segundo os critérios da racionalidade do capital. Percebe-se, desse modo, que o Estatuto nasce não com o intuito de promover redistribuição de terras entre as diversas camadas sociais, mas a fim de incentivar a concentração fundiária e o latifúndio.

No Maranhão, a questão fundiária marcou desde sempre sua história, até se tornar o estado com maior índice de conflitos agrários no Brasil. As chamadas "terras livres" ou "terras sem dono" marcaram as décadas de 1930 a 1950, com a chegada de camponeses vindos de outras regiões, como o Ceará e o Piauí. A historiadora Márcia Milena Galdez (2019) afirma que a existência de "terras sem dono" era muito propagada entre as pessoas que vinham de outras regiões. Os bons invernos, as terras férteis e os rios que cortam o estado chamavam a atenção desses migrantes. Outro fator a ser destacado é a implantação do sistema rodoviário, que abriu caminho e colaborou para a ocupação das "terras livres", intensificando esse processo.

Contudo, na década de 1960, com a implantação dos projetos governamentais voltados para o setor agrário, essa ótica começou a mudar, principalmente em 1969, com a promulgação da chamada "Lei Sarney de Terras" (Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969), que passou a incentivar a expansão de projetos agropecuários e agroindustriais no estado. Quando essas empresas começaram a adentrar esses espaços, as terras antes vistas como "livres" passaram a ser alvo de intensos conflitos, transformando-se em "áreas expulsórias".

A exemplo, as terras do Vale do Pindaré foram marcadas pelo conflito entre roça e gado, uma vez que essas terras foram gradativamente ocupadas por empresas agropecuárias, que realizavam a apropriação privada das terras. Destaca-se que no campo, assim como nas grandes cidades, a repressão não abdicou da violência física e da ameaça à vida como métodos de favorecimento ao grande capital. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) serviu como aparato ideológico de sustentação à violência do autoritarismo militar brasileiro:

6 O governo Goulart (1961-1964) foi marcado pela efervescência de debates sobre diversas causas sociais. No âmbito das propostas de reforma social, ganharam destaque, por exemplo, as ações constantes das ligas camponesas, do movimento estudantil e das organizações sindicais, além da defesa da Reforma Agrária. As reformas de base, que visavam atender às necessidades das camadas mais baixas da sociedade, tiveram como consequência o aumento da rejeição ao governo entre muitos grupos da elite, o que fortaleceu a adesão ao projeto golpista com o objetivo da manutenção do poder e dos privilégios. Dessa forma, o uso, pelos militares, de temas de interesse das camadas baixas, não deve ser pensado de modo desconectado dos interesses econômicos das elites.

7 A propósito, este conceito foi cunhado por Barrington Moore (1975) para descrever as revoluções ocorridas na Alemanha e Japão e introduzido no Brasil por diversos intelectuais (Pires; Ramos, 2009) ao longo do século XX. No contexto brasileiro, foi utilizado para descrever que embora o campo tenha passado por uma modernização tecnológica tal transformação não significou uma profunda alteração na estrutura fundiária do país, quer dizer, preservou-se o poder das elites agrárias.

> A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração com o IPES e o IBAD, num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento e o planejamento administrativo periódicos (Alves, 1985, p.35).

Em vista disso, este trabalho terá como objetivo analisar os conflitos agrários no campo maranhense, em decorrência do processo de sua ocupação pelo capital. De antemão, observar-se-á que militares, políticos e empresários se aliaram com o objetivo de expropriar os camponeses de sua terra para, então, torná-la serva do capital. Assim, o processo de modernização do Maranhão pelo setor primário presumiu um processo de violência e expropriação. Analisando o contexto nacional, afirma Martins:

> A verdade é que a política de instalação de grandes empresas no campo estava e está baseada no pressuposto da expropriação e da expulsão dos trabalhadores rurais para a cidade, na concentração da propriedade da terra e no aumento progressivo da eficiência econômica e da produtividade da agropecuária (Martins, 1985, p. 34).

Como fontes, serão analisados jornais que circularam no Maranhão no período entre os anos de 1979 e 1985, a saber: *Jornal Pequeno, O imparcial e O Estado do Maranhão.* Por razões diversas, que serão observadas adiante, esses impressos retratam os conflitos agrários no campo maranhense de formas distintas. Por sinal, os impressos têm sido entendidos como uma importante fonte para o campo da História, isso porque "desde os primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e a temem, por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais" (Capelato, 1988, p. 13).

Desse modo, para fins deste trabalho, os jornais serão examinados em concordância com a teoria de Antônio Gramsci, que remete à caracterização da imprensa como um aparelho privado de hegemonia, bem como sua atuação na sociedade civil e política. Essa hegemonia, segundo o teórico, não seria apenas algo político, mas também cultural. O jornal, assim, funciona do mesmo modo que os partidos políticos, levando ao público informações de acordo com aquilo que o próprio jornal deseja que seu público saiba, noticiando conforme sua própria ideologia. Desse modo, esses aparelhos privados de hegemonia agem, ajudando a consolidar uma ideia a favor dos valores de uma determinada classe dominante, operando a partir da formação de um consenso, e ajudando a construir uma visão de mundo alinhada ao poder vigente.

A respeito do conceito de aparelhos privados de hegemonia, Teixeira observa que:

> Dentro da sociedade civil, os aparelhos privados de hegemonia, assumem uma importância na obra do autor sardo. Estes aparelhos (Igreja, escolas, imprensa etc.), lutam dentro da sociedade civil pela disputa da hegemonia, ou seja, nela os projetos são elaborados para garantir o consenso necessário dentro da sociedade em torno de um projeto (Teixeira, 2016, p. 11)

Voltando-se especificamente para o corpus documental da pesquisa ora apresentada, O *Jornal Pequeno* surgiu em 1947 com o nome *O Esporte* e, em 1951, passou a se chamar *Jornal Pequeno/O Esporte*, mantendo inicialmente um perfil esportivo. Com o tempo, transformou-se em um jornal de caráter informativo e crítico, ampliando sua cobertura para temas nacionais, política, cinema, agricultura, pecuária e esportes. Sob a direção de José Ribamar Bogéa e gerência de Quintino Bogéa, o periódico assumiu uma postura política mais evidente, voltada para pautas populares e denúncias. Durante o golpe civil-militar de 1964, o jornal abriu espaço para manifestações favoráveis ao governo de João Goulart e para movimentos de trabalhadores e setores subalternos das Forças Armadas.

O jornal *O Imparcial*, considerado o periódico mais antigo ainda em circulação no Maranhão, foi fundado em 1º de maio de 1926 pelo jornalista e comerciante João Pires Ferreira. Em outubro de 1944, o jornal passou a integrar os Diários Associados, então o maior e mais influente grupo de comunicação do Brasil, pertencente a Assis Chateaubriand. No ano de 1964, sua direção geral estava sob responsabilidade de Pires Saboia, que posteriormente exerceu o cargo de deputado federal pela ARENA na legislatura de 1967 a 1971.

O jornal *O Estado do Maranhão* foi fundado em 1º de maio de 1973 por José Sarney e Bandeira Tribuzi, após a compra do antigo *Jornal do Dia*, que circulou entre 1953 e 1973. O novo periódico surgiu com a proposta de representar os ideais de progresso e modernidade, integrando o projeto político de legitimação e fortalecimento do poder de Sarney. Herdando apenas algumas máquinas e móveis do antigo jornal, *O Estado do Maranhão* teve sua estrutura editorial organizada por Bandeira Tribuzi, com auxílio de Pompeu de Sousa e Odylo Costa Filho.

A ditadura civil-militar no Vale do Pindaré

A imposição de uma ditadura de Segurança Nacional, a partir do golpe civil-militar de 1964, ocorreu em meio ao descontentamento das classes dominantes diante do crescimento da mobilização dos setores populares, que reivindicavam reformas capazes de modificar a desigual estrutura social brasileira. Nesse contexto, a intelectualidade burguesa, articulada em organizações de defesa do grande capital, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Escola Superior de Guerra (ESG), produziu uma ampla propaganda voltada a desestabilização do governo de João Goulart. Nos momentos imediatamente posteriores ao golpe, integrantes dessas instituições ocuparam ministérios e outros cargos estratégicos, sendo fundamentais para a consolidação do controle do Estado e para a formulação das principais diretrizes governamentais da ditadura (Dreifuss, 1981).

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), que orientou o projeto político implementado durante a ditadura civil-militar, adotava a noção de "inimigo interno" como fundamento para legitimar as ações do Estado voltadas ao controle, à perseguição e à eliminação de opositores. Além disso, o desenvolvimento econômico capitalista era concebido como elemento indispensável à garantia da segurança nacional. Nessa perspectiva, a integração econômica e espacial do território brasileiro era considerada condição essencial para o desenvolvimento. O subdesenvolvimento e os chamados "espaços vazios" do país eram vistos como vulnerabilidades que deixariam o território suscetível à estratégia indireta do comunismo. Assim, o desenvolvimento econômico deveria atuar na neutralização dessa suposta influência comunista sobre amplas áreas consideradas "vazias", as quais eram equivocadamente definidas como despovoadas e improdutivas (pois desconsideravam-se as formas de uso e ocupação que eram distintas da lógica mercadológica e capitalista), assim, tais espaços deveriam ser efetivamente "tamponados" (Alves, 1984).

Assim, a questão agrária, que anteriormente foi um fator de forte mobilização camponesa, adquiriu importância central para o regime civil-militar como um problema de segurança nacional. A instituição do Estatuto da Terra (Lei n. 4504/1964), que retomava ideias tecidas pela proposta de reforma agrária do governo Goulart, funcionou, na verdade, como um projeto de desenvolvimento rural e não de reforma agrária propriamente dita, pois prezava pela modernização dos latifúndios a fim de transformá-los em empresas capitalistas. Embora destacasse a função social da terra, o Estatuto da Terra serviu como instrumento de desmobilização camponesa e pacificação jurídica de conflitos, consolidando um pacto territorial de proteção à grande propriedade e garantia da manutenção do poder das elites (Prieto, 2016).

A região amazônica, visualizada enquanto área repleta de "vazios", foi submetida, nessa seara, a diferentes programas e planejamentos estratégicos ao longo do regime ditatorial, que

seguiam a perspectiva de integração relacionada à segurança nacional e, consequentemente, ao alastramento do capitalismo. Essa redução da Amazônia como "homens sem-terra para terras sem homens"[8], destinou a região, inicialmente, a ser foco de projetos de colonização que permitiram seu uso como válvula de escape para as tensões e conflitos de camponeses do Nordeste e do Sul do Brasil. Assim, com os deslocamentos de camponeses para a Amazônia, o regime evitava realizar uma reforma agrária distributiva nas áreas de ocupação antiga em outras partes do Brasil que conviviam com tensões em torno do acesso à terra, e promovia uma contrarreforma agrária, que mantinha intocada as estruturas fundiárias e de poder que favoreciam os grandes proprietários (Ianni, 1979).

A partir dos anos 1970, com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as medidas de segurança interna passaram a influir com mais afinco na região amazônica, cujos conflitos passaram a ser cada vez mais mediados pelos militares, que executavam práticas violentas contra os lavradores, sempre classificados (como modo de justificar sua agressão) como subversivos. Através da agudização da desigualdade e da concentração fundiária no meio rural da Amazônia com os governos militares, percebe-se que os planos federais substituem a reforma agrária pela colonização dirigida e pela implementação de grandes projetos agropecuários e agroindustriais, fomentados por subsídios e incentivos fiscais públicos. Desse modo, o alargamento da fronteira de expansão capitalista na Amazônia ocorreu, sobretudo, por meio da grilagem de terras legitimada pelo Estado autoritário, e contou com envolvimento de setores públicos e privados (Ianni, 1979; Prieto, 2016).

O Maranhão adentrou de maneira mais profunda na conjuntura do Estado de Segurança Nacional a partir da chegada de José Sarney ao Executivo estadual, em 1966. Filiado ao partido governista ARENA, Sarney contou com o apoio do presidente General Castelo Branco e apresentou, em sua candidatura, o projeto "Maranhão Novo". Esse projeto defendia um discurso modernizante e desenvolvimentista, associado a um forte apelo social, que propunha a conciliação entre "Desenvolvimento e Justiça Social" no estado. Entretanto, o discurso amplamente explorado durante a campanha revelou-se distante da realidade. As políticas implementadas em seu governo — e nos posteriores — assumiram um caráter de modernização conservadora, voltado à expansão capitalista por meio de iniciativas que contribuíram para o agravamento dos conflitos sociais e da desigualdade no Maranhão (Costa, 2015).

No meio rural do estado, os problemas agrários intensificaram-se na segunda metade do século XX, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1960, com a expansão da fronteira agrícola impulsionada pela migração de nordestinos e maranhenses. Esse deslocamento camponês ocorreu, principalmente, em razão da pressão exercida pela grande propriedade e pela própria lógica de reprodução do campesinato. Nesse contexto, o Maranhão passou a ser visto como um "Eldorado", marcado pela existência de terras livres e férteis acessíveis pelo regime de posse, o que frequentemente gerava conflitos com populações indígenas já estabelecidas nesses territórios. Além disso, as frentes de expansão foram favorecidas pelo crescimento do sistema rodoviário estadual, onde as áreas em direção às regiões do Mearim e do Pindaré, consideradas como "terras livres", foram massivamente ocupadas (Barbosa, 2015).

A tentativa modernizadora do governo Sarney foi sentida de forma mais intensa no meio rural a partir da promulgação da Lei n. 2.979 de 17 de junho de 1969, popularmente conhecida como Lei Sarney de Terras. Essa legislação impulsionou a privatização das terras devolutas ao incentivar a expansão de projetos agropecuários e agroindustriais no estado, agravando os conflitos já existentes no campo maranhense. Os dispositivos da lei desconsideravam as formas tradicionais de uso da terra pelos segmentos camponeses, o que favoreceu a atuação de grileiros, fazendeiros e empresários no questionamento da posse e da ocupação dessas áreas (Barbosa, 2015). Inserida no contexto do Estado de Segurança Nacional, a Lei Sarney de Terras intensificou o processo de regularização fundiária e estimulou a corrida por novas

8 Esse lema foi utilizado no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) para promover as políticas de colonização da Amazônia na década de 1970.

áreas de exploração capitalista. Como consequência, o campo maranhense tornou-se palco de graves conflitos sociais, marcados pela violência, pela corrupção e pela ampliação de práticas de expropriação e cercamento, que limitaram a expansão camponesa e subordinaram o trabalhador rural ao grande capital (Bezerra dos Santos; Tavares, 2016).

A política de modernização promovida pelo governo maranhense durante a ditadura civil-militar buscou atrair capitais do Sul do país e do exterior por meio de medidas voltadas a reorganização fundiária. Antes mesmo da Lei Sarney de Terras, de 1969, o Decreto n. 3.831, de 1968, criou as Delegacias de Terras, vinculadas à Secretaria da Agricultura, com a função de disciplinar a ocupação territorial e titular áreas devolutas. Com o encaixe dos propósitos estaduais nas medidas federais, já que essas medidas se articulavam as políticas federais de colonização implementadas pelo INCRA, extensas áreas de terras devolutas, com ocupação camponesa, foram incorporadas ao mercado de terras (Asselin, 2009). Nesse contexto, foi criada, em 1971, a Companhia Maranhense de Colonização (Comarco), responsável pela venda de terras e pela organização de projetos de colonização. A partir dessa instituição, o governo estadual ofereceu terras a empresários do Sul e Sudeste a preços muito abaixo do valor de mercado, intensificando a concentração fundiária e a expansão de grandes empreendimentos agropecuários (Souza, 2022).

Percebe-se, portanto, que a expansão do capital no campo maranhense, especialmente na região do Vale do Pindaré[9], intensificou-se a partir do alinhamento entre os projetos estaduais com as políticas federais implementadas durante a ditadura civil-militar que se voltavam para o favorecimento da classe capitalista. Nesse contexto, a grilagem de terras foi legitimada e instrumentalizada por agentes públicos e privados, por meio da falsificação de documentos e da apropriação das terras públicas do estado e os camponeses e as comunidades tradicionais (que tinham suas formas de resistência classificadas como "subversivas", e que por esse motivo eram passíveis de serem reprimidos) foram expulsos de seus territórios mediante o uso da violência praticada por pistoleiros e jagunços, apoiados frequentemente pela conivência de instâncias e autoridades públicas. Desse modo, concordamos com o advogado e padre Victor Asselin (2009) quando define a grilagem como uma engrenagem do capitalismo, pois vemos que a partir de sua implementação massiva no estado, consolidou-se a expansão da propriedade privada da terra no Maranhão em detrimento do acesso e do uso pelo campesinato.

O Vale do Pindaré em foco

Os periódicos constituem fontes relevantes para a pesquisa historiográfica pois frequentemente representam registros imediatos e detalhados dos acontecimentos de determinado período histórico, além de possibilitarem a compreensão das opiniões e perspectivas sociais da época em relação aos fatos vividos. Nesse sentido, os jornais maranhenses, *O Imparcial, Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão* foram escolhidos como fontes de análise devido a intensa circulação de suas reportagens que colocavam os municípios que integravam o Vale do Pindaré nas décadas de 1950 a 1990 em foco por estarem no epicentro da repressão estatal vinculada as expropriações rurais no Maranhão.

Conforme aponta Drielle Souza Bittencourt (2016), *O Imparcial* assume grande importância para a história do Maranhão, sobretudo durante a ditadura civil-militar e nas campanhas políticas de Sarney. Por certo, a teoria gramsciana, que apresenta os jornais como instrumentos de construção de consenso em favor da classe dominante, atuando próximos a partidos políticos e defendendo interesses de determinadas frações, constitui-se de uma poderosa ferramenta analisar a atuação dos referidos periódicos no contexto político do regime ditatorial no Brasil. No entanto, a análise da posição do *O Imparcial*, revela elementos que

9 O Vale do Pindaré localiza-se na chamada Amazônia Legal brasileira, sendo composto pelos munícipios de Pindaré-Mirim, Santa Inês, Santa Luzia, Alto Alegre do Pindaré, Bela Vista do Maranhão, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Igarapé do Meio, Monção, São João do Carú e Tufilândia.

relativizam essa interpretação quando os conflitos entre grileiros e posseiros estão em foco nas reportagens desse jornal.

Nesse sentido, *O Imparcial* desempenhou um papel singular durante o período de redemocratização brasileira. Ao invés de apenas reforçar a narrativa da classe dominante, o jornal contribuiu para dar visibilidade à violência presente nos conflitos agrários do Maranhão. Essa postura pode ser compreendida a partir do próprio discurso de imparcialidade que o periódico buscava transmitir, o que o transformou em uma fonte essencial para compreender a complexidade das violências, disputas fundiárias e formas de resistência existentes naquele contexto histórico. Em diversas ocasiões, assumia um tom crítico e denunciativo, expondo violências, ameaças e massacres ocorridos no campo maranhense. Ao noticiar e denunciar esses conflitos, assumindo um tom crítico e denunciativo, expondo violências, ameaças e massacres, esse periódico acabou oferecendo uma perspectiva mais ampla sobre os acontecimentos que marcaram o campo maranhense especialmente a partir da década de 1970.

Entre as reportagens selecionadas para análise no jornal *O Imparcial*, destaca-se caso publicado em 16 de outubro de 1985 sob o título "Polícia militar e jagunços unidos expulsam lavradores". A matéria denunciava a atuação conjunta da Polícia Militar e de jagunços na expulsão de 76 famílias de trabalhadores rurais do povoado Serra Bonita, no município de Vitorino Freire, com policiais fortemente armados e capangas do latifundiário identificado como Edvaldo Marques Dourado, realizavam espancamentos, torturas e prisões contra os posseiros, que afirmavam ter direito à terra pelo longo tempo de ocupação e trabalho na área:

> Um forte destacamento policial, com mais de 33 soldados fortemente armados, está tentando garantir a expulsão de parte de 76 famílias que ocupam uma área de propriedade de Edvaldo Marques Dourado no lugarejo Serra Bonita, município de Vitorino Freire. A denúncia é do presidente da FETAEMA (Federação dos trabalhadores na Agricultura no Estado do Maranhão), Francisco Oliveira. Além da existência da polícia, afirmava Francisco, existem diversos jagunços do latifundiário Dourado (*O Imparcial*, 1985, p.8)

A questão exposta nessa reportagem é levantada por Leonilde Servolo de Medeiros (2021), que faz referência justamente a luta por parte dos posseiros por justiça, tendo em vista que as ações eram consideradas "violências abertas", ou seja, por meio da ação de jagunços e por mais que seus nomes fossem expostos, como no caso da reportagem acima, as investigações eram escassas e nunca se chegava aos mandantes de fato.

O *Jornal Pequeno*, durante a ditadura civil-militar, exercia uma postura crítica em relação à atuação política e econômica no estado, "chegando a fazer denúncias de desvios de dinheiro político e falcatruas políticas, gerando alguns embates com personalidades políticas do estado" (Silva, 2025). A partir das análises realizadas em torno do impresso, foi possível perceber que o jornal, durante o período ditatorial, costumava abrir bastante espaço para matérias e editoriais relacionados aos movimentos de trabalhadores e das classes subalternas, O teor de denúncia e preocupação com as classes populares foi aos poucos conquistando os leitores, de modo que o impresso se tornou, no ano de 1970, o mais lido da capital (Souza, 2016).

Vale destacar que o impresso era um órgão de oposição ao governo militar, e, em consequência disso, sofreu processos de censura. Primeiramente por parte do próprio exército militar no ato de 06 de abril, quando o diretor e proprietário do jornal, Ribamar Bogea, foi chamado a comparecer ao 24º Batalhão para prestar esclarecimentos sobre as matérias que estavam circulando. Outro processo sofrido pelo impresso que merece destaque foi realizado por José Sarney. Segundo Silva (2025), o então governador processou o jornal alegando ser alvo de calúnia em uma matéria publicada no ano de 1970, que tratava de uma acusação de desvio de dinheiro destinado a construção da MA-74. Esses processos sofridos pelo Jornal Pequeno. evidenciam que, por realizar publicações de teor crítico ao governo, o jornal foi alvo de diversas tentativas de desmoralização por parte das figuras que se viam "atacadas" pelo informativo.

No que se refere às publicações relacionadas aos problemas de conflitos agrários e, consequentemente, à expropriação, as notícias expostas, ao longo do recorte em análise, são, em sua maioria, apresentadas em forma de denúncias, o que evidencia a realidade violenta a qual se encontravam os homens do campo. A propósito, nessas reportagens eram expostos nomes de pessoas públicas que, em muitos desses casos, estavam envolvidas em processos de irregularidades fundiárias.

Busca-se, agora, evidenciar as problemáticas até aqui expostas, destacando-se o caso intitulado "Fazenda Maguari em foco", publicado pelo *Jornal Pequeno* em 28 de maio de 1979. A fazenda é situada no município de Santa Luzia (MA) e envolve os nomes de João Pereira Bastos e José Sarney. O caso apresenta inúmeras contradições sobre a posse das terras e a quem realmente pertencia a área, além de mencionar um empréstimo tomado por José Sarney junto ao Banco do Brasil. Sarney aparecia como proprietário da fazenda, mas depoimentos, inclusive do então governador Osvaldo de Costa Nunes, indicavam que, na verdade, a área pertencia ao governo do Maranhão, por meio da COMARCO.

A origem do problema remonta ao fato de que as terras pertenciam inicialmente a José de Ribamar Ribeiro Salomão (JRRS), tendo sido concedidas a ele por Clotilde de Almeida Santos, prefeito de Santa Luzia na época. A área, composta por 300 hectares, situava-se no povoado Maguari, dando origem ao nome "Fazenda Maguari". Em 1967, JRRS realizou duas demarcações de terra em caráter particular: uma de 5.013 hectares e outra de 761 hectares, totalizando 6.044 hectares. Cinco anos depois, solicitou ao Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA) e à SAGRIMA a titulação dessas terras, pedido que foi negado. Em 1971, com a criação da COMARCO, a área passou a integrar o patrimônio da Companhia de Colonização.

Em 1975, JRRS passou a residir no Rio de Janeiro e cedeu a José Pereira Leite (prefeito de Santa Luzia na época) o direito de ocupar as terras ainda não regulamentadas. Com o falecimento de José Pereira Leite, José Sarney, por ser amigo do prefeito, tomou conhecimento do processo e demonstrou interesse na área. Visando implementar empreendimentos na Fazenda Maguari, José Sarney efetuou dois empréstimos junto ao Banco do Brasil. Sobre esse empreendimento, a matéria do *Jornal Pequeno* destaca:

> O casal José Sarney Costa e Marly Macieira Sarney, acima qualificados em datas de 7 de dezembro de 1976 e 15 de março de 1977, respectivamente emitiu duas cédulas rurais pignoratícias e hipotecarias correspondentes a valores de créditos deferidos para financiamentos, com base na resolução n. 224, de 26 de junho de 1972, do banco central do Brasil, como fazem certo os documentos juntos sob ns. 3, 4, 2, 1 – A primeira cédula rural, de n. EPI 76/ PECRO do valor de CR$ 2. 442. 000,00 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil cruzeiros), vencível a 27 de dezembro de 1978, destina-se a aquisição de máquinas, equipamentos (sic), bovinos, bubalinos e melhoramentos das explorações rurais a serem realizados no imóvel Fazenda Maguari (*Jornal Pequeno*, 1979, p.03).

Fica claro, desse modo, que os processos para a tomada de posse das terras pelos antigos "donos" foram todos negados pela COMARCO. Entretanto, quando José Sarney passou a demonstrar interesse pelas áreas, conseguiu investimentos e atuou em um espaço que a COMARCO até então reconhecia como pertencente ao Estado, em virtude das inúmeras irregularidades existentes. Portanto, é possível afirmar que a influência política do oligarca maranhense lhe possibilitou os meios para a ocupação e posse das terras, configurando o caráter político e econômico da ocupação do campo maranhense durante a ditadura civil-militar.

Percebe-se, ainda, que José Sarney, sendo uma figura pública influente, ex-governador do estado, advogado e, naquele momento, senador da República, adquiriu benfeitorias existentes em um imóvel que ele próprio reconheceu anteriormente como irregular. Além disso, realizou investimentos na exploração da área, configurando a formação do imóvel de modo que o *Jornal Pequeno* descreveu: "entendemos finalmente que essa transação é desonesta e imoral" (*Jornal Pequeno*, 1979, p. 04).

Pode-se, por conseguinte, afirmar que o caso exemplifica uma forma de grilagem, na qual uma pessoa física utilizou de maneira irregular as leis do Estado para tentar comprovar a propriedade de uma área, beneficiando-se apenas por seu poder político e econômico, e, aproveitando-se disso, para realizar explorações rurais e cooperar com expropriações.

Dando prosseguimento, cabe destacar a análise do jornal O *Estado do Maranhão.* Considerado o jornal mais relevante do estado, com maior circulação e alcance durante o período ditatorial, foi um dos principais instrumentos de comunicação, de apoio e de concordância com a ditadura civil-militar. Sua trajetória, desde sua fundação em 1959, ainda como *Jornal do Dia*, foi marcada pelo forte caráter político e apoio aos partidos de direita[10], como o ARENA.

Então, não é de se surpreender o posicionamento favorável à ditadura civil-militar, desde o início do golpe, como foi possível observar durante a pesquisa em suas publicações nos primeiros anos de regime. O *Jornal do Dia/ O Estado do Maranhão* manteve essa linha nos anos seguintes, narrando cada embate da aliança de reciprocidade entre a política nacional e a política local durante os anos de chumbo no Brasil, sendo de forma ainda mais acentuada após a compra do periódico em novembro de 1968 por José Sarney, que, também, com o apoio dos golpistas de 1964, ascendeu ao poder estadual em 1966 e assumiu a presidência da ARENA no Maranhão no final dos anos 1970 (Conceição, 2008).

Assim, o periódico consolidou-se como um canal de divulgação dos planos e projetos político-econômicos em âmbito local e nacional, envolvendo o público por meio de narrativas e metáforas como o "Maranhão Novo" e o "Eldorado", para popularizar e criar um consenso acerca do projeto de modernização agrícola.

Voltando para o foco da pesquisa, a forma como o veículo noticiou e, de certa forma, participou dos intensos conflitos agrários que marcaram o Maranhão entre 1979 e 1985 revela que sua atuação esteve profundamente vinculada às articulações entre o sarneísmo, o aparato estatal autoritário e os interesses do capital agropecuário e financeiro envolvidos na ocupação e exploração da Amazônia Legal, e, particularmente, da região do Vale do Pindaré.

Observa-se que municípios como Buriticupu (3 casos), Pindaré-Mirim (5 casos), Santa Luzia (4 casos) e Santa Inês (3 casos) surgem recorrentemente nos noticiários quando o tema são os conflitos pela terra no Maranhão, evidenciando o caráter explosivo da questão agrária e o verdadeiro barril de pólvora em que se convertia o Vale do Pindaré.

Mas não se pode enganar ao observar que pelo simples fato de o jornal noticiar e acompanhar com maior frequência os conflitos agrários no Maranhão no final da década de 1970, ele teria assumido um tom progressista ou de apoio às classes mais afetadas. Estamos falando do oligopólio sarneísta de comunicação, em que *O Estado do Maranhão* se consolidava como o principal periódico em circulação no período, sendo referência para disputar a opinião pública, tanto para as elites locais quanto para as camadas populares. Nesse sentido, silenciar ou negar a discussão sobre a questão da terra no estado equivalia a negar a própria violência que se intensificava há décadas e que já mobilizava a sensibilidade da elite liberal local e nacional.

Além disso, outro fator que reforça a impossibilidade de O *Estado do Maranhão* desvincular-se dos conflitos agrários que se intensificavam no Vale do Pindaré residia na própria imagem que José Sarney procurava construir para si: uma figura progressista e culta, frequentemente associada às principais discussões políticas e intelectuais de sua época. Foi, inclusive, no âmbito do periódico que elaborou o conceito de "universidade impressa", segundo o qual o jornal deveria servir à população não apenas como meio de informação, mas também como instrumento de cultura e de melhoria educacional (Costa; Conceição, 2022).

Nesse contexto, os conflitos agrários, decorrentes da ocupação ilegal das terras por grileiros e do avanço de grandes empresas nacionais e internacionais, geravam um cenário de violência crescente, marcado por expulsões forçadas, destruição de moradias e repressão armada

10 Seu proprietário inicial, Alberto Aboud, advinha de uma influente família de empresários libaneses, eleito deputado estadual e federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Social Democrático (PSD), respectivamente, entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960. Aboud filiou-se à ARENA após o golpe civil-militar de 1964, sendo reeleito deputado por meio do partido alinhado ao regime civil-militar (Oliveira, 2015).

contra camponeses e posseiros. Diante dessa realidade, ignorá-la integralmente significaria comprometer a própria imagem de modernidade, esclarecimento e compromisso social que o jornal buscava projetar, razão pela qual tais conflitos eram incorporados ao noticiário, ainda que frequentemente submetidos a enquadramentos seletivos e narrativas compatíveis com os interesses políticos e econômicos dos grupos ao qual o periódico se vinculava.

Entre os casos noticiados pelo impresso destaca-se, pela relevância em evidenciar os mecanismos ilegais mobilizados pelo empresariado na expropriação das terras do oeste maranhense, a denúncia envolvendo o município de Santa Inês. O caso revela um dos episódios mais emblemáticos de conflitos fundiários no Maranhão, apontado pelo próprio vice-prefeito da cidade da época, José Franklin Seba, como "a maior grilagem já feita no Estado". Após dois anos de investigação, Seba reuniu vasta documentação para comprovar que as terras do município eram devolutas e pertenciam ao Estado, mas vinham sendo ilegalmente apropriadas por um grupo de fazendeiros oriundos de Goiás, o chamado Grupo Goiano. Amparado por escrituras fraudulentas, esse grupo passou a reivindicar a posse da área do antigo Engenho Central São Pedro, transformando-a em objeto de especulação imobiliária.

Os grupos goianos de grilagem, articulados por políticos, empresários e grandes fazendeiros, promoveram diversos crimes de expropriação de terras no Maranhão, esse não foi o único. Atuavam como verdadeiros profissionais da fraude, operando em rede para falsificar caligrafias, alterar inventários, produzir certidões falsas e criar personagens fictícios. Esse esquema envolvia diretamente cartórios, escreventes, tabeliões e advogados de diferentes cidades do Maranhão e de Goiás, revelando a profundidade da articulação criminosa[11] (Friderichs; Piccolo, 2025).

Dando continuidade ao caso analisado aqui, este *Grupo Goiano* através de empresas como a Rochose S.A. e a Rio Pindaré Ltda., lotearam e venderam as terras em alto preço, resultando em despejos forçados e ameaças constantes contra os moradores locais, em sua maioria posseiros pobres e antigos ocupantes da região. O conflito expôs a conivência de setores do Judiciário e o uso da violência como estratégia para expulsar famílias, convertendo o território em fonte de lucro para grupos empresariais.

O vice-prefeito defendeu que cabia ao Estado reassumir a titularidade das terras e destiná-las legalmente a agricultores e trabalhadores rurais, denunciando o caráter fraudulento e especulativo do processo. O caso mobilizou a Câmara Municipal e chegou à Assembleia Legislativa, como um apelo das famílias de Santa Inês por reconhecimento de seus direitos e por justiça diante da espoliação promovida pelos grileiros. Toda a imprensa local repercutiu o caso, e registros dessa denúncia foram encontrados também no acervo do jornal *O Imparcial*, um dos principais concorrentes de *O Estado do Maranhão*.

José Franklin Seba em vez de se beneficiar ilegalmente com o projeto grileiro, como tantos outros fizeram, optou por investigar, estudar e denunciar as irregularidades perpetradas por este grupo que atingiam uma vasta área de Santa Inês. Sua investigação revelou que parte do município havia se transformado em uma espécie de fazenda do Grupo Goiano, desencadeando, ao longo dos anos, intensos conflitos com camponeses e posseiros, que eram constantemente ameaçados e submetidos a diferentes formas de violência como estratégia de expropriação de suas terras.

Considerações finais

A análise das práticas e políticas do campo maranhense revela um complexo entrelaçamento

11 As historiadoras Lidiane Friderichs e Monica Piccolo evidenciam no artigo *"A ditadura civil-militar e seus impactos no campo: a associação entre Estado, Empresários e Grileiros no processo de expropriação Rural no Maranhão"* o histórico da atuação dos grupos goianos de grilagem nas terras do Vale do Pindaré desde o final da década de 1960. Nesse estudo, as autoras investigam um dos episódios de fraude ligados ao célebre caso da Fazenda Pindaré, tomando como exemplo a Fazenda Alvorada, a partir da documentação do SNI intitulada *"Irregularidade administrativa"*, que tinha como principais alvos de denúncias o governador de Goiás, Irapuan Costa Júnior, e o Prefeito de Goiânia, Francisco de Freitas Castro (Friderichs; Piccolo, 2025).

entre interesses econômicos e ações repressivas. A chamada Lei de Terras Sarney não apenas facilitou a concentração fundiária nas mãos de grandes empresas, como também contribuiu para a consolidação de um ambiente marcado pela impunidade e pela violência contra trabalhadores rurais e movimentos sociais que lutavam pelo direito à terra. Nesse contexto, a atuação da Polícia Militar, longe de garantir a proteção da população, reforçou mecanismos de repressão e criminalização das mobilizações sociais.

Ao mesmo tempo, a atuação dos jornais da grande imprensa durante a ditadura civil-militar desempenhou papel decisivo na construção da percepção social sobre esses conflitos. Desde o apoio ao golpe de 1964, muitos desses veículos assumiram a função de legitimar o novo regime e suas práticas políticas. A partir de uma perspectiva gramsciana da sociedade civil, a imprensa pode ser compreendida como um dos principais aparelhos privados de hegemonia, responsáveis pela difusão de valores e discursos alinhados aos interesses dominantes. Nesse sentido, os editores, por meio dos editoriais institucionais, assim como os jornalistas em suas colunas e reportagens, atuavam como intelectuais orgânicos, contribuindo para a sustentação ideológica da ordem política e social vigente.

As fontes jornalísticas analisadas demonstram que os conflitos agrários no Maranhão, especialmente durante o período da ditadura civil-militar e da redemocratização, estiveram profundamente ligados à concentração fundiária, à violência no campo e à atuação repressiva do Estado. A expansão dos interesses econômicos sobre a terra intensificou disputas entre latifundiários, posseiros e trabalhadores rurais, resultando em perseguições, expulsões e assassinatos que marcaram profundamente a realidade agrária maranhense. Nesse cenário, a violência não se limitava às ações privadas de jagunços, mas também envolvia a participação de agentes estatais, revelando a articulação entre poder político, interesses econômicos e repressão social.

Nesse contexto, *O Imparcial*, *Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão* revelaram-se importantes fontes históricas para compreender as disputas pela terra e as violações sofridas por trabalhadores rurais e posseiros no Maranhão. Embora inseridos em um cenário marcado por forte influência política e distintos níveis de alinhamento com grupos dominantes, os periódicos assumiram papéis diferenciados na cobertura dos conflitos agrários. Destaca-se, nesse sentido, o alinhamento mais direto de *O Estado do Maranhão* com os interesses políticos e econômicos da ditadura civil-militar e dos grupos vinculados ao capital financeiro e às elites agrárias. Tal posicionamento refletiu-se em sua cobertura dos conflitos fundiários, na medida em que o periódico optou por minimizar diversos episódios de violência, frequentemente relegando-os a notas secundárias. Essa postura contrastava com o tratamento relativamente mais crítico e denunciativo observado, sobretudo, em *O Imparcial* e no *Jornal Pequeno*, que dedicaram maior espaço à exposição das violências praticadas por jagunços, latifundiários e forças policiais. Assim, a análise comparativa dessas fontes amplia a compreensão acerca das formas de repressão e resistência no campo maranhense, evidenciando a imprensa não apenas como espaço de informação, mas também como arena de disputa de narrativas e registro das tensões sociais que atravessavam aquele contexto histórico.

Referências

ASSELIN, Victor. **Grilagem**: corrupção e violência em Terras do Carajás. Imperatriz/MA: Ética, 2009.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto O.; ROCHA, Cristina Costa da (orgs.). **Histórias Sociais do Trabalho**: usos da terra, controle e resistência. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015. p. 45-71.

BEZERRA DOS SANTOS, Frednan; TAVARES, João Claudino. Questão agrária e violência no Maranhão: grilagem, colonização dirigida e a luta dos trabalhadores. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v. 20, n. 1, p. 361-381, 2016.

BITTENCOURT, Drielle Souza. Jornal O imparcial: o poderoso Aparelho Privado de Hegemonia na ascensão política de José Sarney (1964-1966). Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura,** 5, novembro 1995: 5-31CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988.

COSTA, Ramon Bezerra; CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. Sobre as origens do jornal O Estado do Maranhão. In: MATOS, Marcos Fábio Belo; ARAÚJO, Roni César Andrade de; PINHEIRO, Roseane Arcanjo (Org.). **200 anos da imprensa no Maranhão**: o campo histórico. v. 1. São Luís: EDUFMA, 2022. p. 202-228

COSTA, Wagner Cabral da. Do "Maranhão Novo" ao "Novo Tempo": a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antônio Evaldo Almeida et al (Orgs). **Histórias do Maranhão em tempos de República**. São Luís: Editora UFMA, 2015. p. 187-234.

DREIFUSS, René. **A conquista do Estado**. Ação Política e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

Fazenda Maguari em foco. **Jornal pequeno**, São Luís, 28.05.1979, p. 03 e 05.

FORATTINI, M. A preparação e institucionalização do golpe de 1964 por meio do ato institucional n.1 e o apoio da grande mídia. **Captura Críptica: direito, política, atualidade**, Florianópolis, v. 8, n. 1, 2020, p. 149-172.

FRIDERICHS, Lidiane; PICCOLO, Monica.. A ditadura civil-militar e seus impactos no campo: a associação entre Estado, Empresários e Grileiros no processo de expropriação Rural no Maranhão. **Revista Brasileira de História**, v. 45, n. 98, p. e–283985, 2025.

GALDEZ FERREIRA, M. M. Rumo ao Maranhão: Teias migratórias e memória dividida. **Tempos Históricos**, *[S. l.]*, v. 23, n. 2, 2020, p. 342-374.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 2**: os intelectuais; os princípios educativos; jornalismo. 2º ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

MARTINS, José de Sousa. **A militarização da questão agraria no Brasil.** Terra e poder: o problema da terra na crise política. Petrópolis, editora Vozes, 1985.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Empresariado rural, modernização da agricultura e violência no meio rural brasileiro. Rio de Janeiro: **Revista Trabajo y Trabajadores**, 2021.

MELLO, Demin. **A Miséria da Historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2. ed. Editora Vozes, 1984.

Polícia militar e Jagunços unidos expulsam lavradores. **O Imparcial**, 16 de outubro de 1985.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A aliança entre terra e capital durante a ditadura brasileira. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, nov. 2016.

SILVA, Helena Miréia Rocha da. A cobertura do Jornal Pequeno durante a Ditadura Civil – Militar: um olhar histórico sobre a repressão no governo de José Sarney no Maranhão (1965-1970). Monografia (Graduação) - Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

SOUZA. Karina Borges Diaz Nery de. **Eles eram pobres, então os ricos é que estavam tomando da pobreza...** "Aí eles prenderam a pobreza: Biopolítica, colonialidade e estado de exceção no Oeste maranhense sob a ditadura civil-militar. Porto Alegre: Programa de Pós--graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

TEIXEIRA, Marcos Paulo. **A construção do consenso**: análise dos jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial, a respeito da Transição Brasileira no Maranhão (1985-1990). Monografia (Graduação) - Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

OLIVEIRA, Teresa Cristina Freitas. **"Nos cadernos do diário": governo do general Emílio Garrastazu Médici e a retórica local pró- regime civil-militar no *Jornal do Dia* / *O Estado do Maranhão* (1969-1974)**. Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.